

Eldorado Brasil Celulose S.A.

**Demonstrações contábeis intermediárias
em 30 de setembro de 2013**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eldorado Brasil Celulose S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Eldorado Brasil Celulose S.A. “Companhia”, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12			30/09/13	31/12/12		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	85.383	593.883	111.814	595.799	Fornecedores	14	336.953	342.019	339.902	342.019
Contas a receber de clientes	5	563.675	7.529	463.613	4.727	Empréstimos e financiamentos	15	969.904	628.613	969.904	628.613
Estoques	7	271.045	200.589	344.212	203.537	Derivativos a pagar	25	227.901	-	227.901	-
Impostos a recuperar	8	108.370	33.434	108.370	33.434	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	77.841	64.239	77.841	64.273
Adiantamento a fornecedores	9	56.154	55.636	56.154	55.636	Partes relacionadas	6	14.366	-	14.366	-
Outros ativos circulantes		24.704	3.910	34.301	4.173	Outros passivos circulantes		21.746	51.369	31.412	51.419
Total do circulante		1.109.331	894.981	1.118.464	897.306	Total do circulante		1.648.711	1.086.240	1.661.326	1.086.324
Não circulante						Não circulante					
Partes relacionadas	6	47.926	41.005	47.926	41.005	Empréstimos e financiamentos	15	4.976.414	4.059.132	4.976.414	4.059.132
Impostos a recuperar	8	243.045	250.740	243.045	250.740	Provisão para riscos processuais	18	3.056	2.010	3.056	2.010
Adiantamento a fornecedores	9	38.768	54.805	38.768	54.805	Partes relacionadas	6	106.629	-	106.629	-
Depósitos, cauções e outros		4.319	2.097	4.319	2.097	Outros passivos não circulantes		1.798	1.816	2.124	2.139
Total do não circulante		334.058	348.647	334.058	348.647	Total do não circulante		5.087.897	4.062.958	5.088.223	4.063.281
Ativos biológicos	10	1.011.686	611.881	1.014.827	615.022	Patrimônio líquido					
Investimentos	11	76.157	76.912	29.880	25.048	Capital social		1.567.635	1.567.635	1.567.635	1.567.635
Imobilizado	12	5.144.728	4.949.460	5.181.461	4.986.054	Adiantamento para futuro aumento de capital		221.157	221.157	221.157	221.157
Intangível	13	3.161	2.465	13.372	12.676	Ajustes acumulados de conversão		(11.512)	-	(11.512)	-
Total do não circulante		6.569.790	5.989.365	6.573.598	5.987.447	Prejuízos acumulados		(834.767)	(53.644)	(834.767)	(53.644)
Total do ativo		7.679.121	6.884.346	7.692.062	6.884.753	Total do patrimônio líquido		942.513	1.735.148	942.513	1.735.148
						Total do passivo		7.679.121	6.884.346	7.692.062	6.884.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora				Consolidado				
	2013		2012		2013		2012		
	3º tri	Acum.	3º tri	Acum.	3º tri	Acum.	3º tri	Acum.	
Receita líquida	20	450.642	1.041.576	235	367	503.617	1.047.499	235	367
Custo dos produtos vendidos		(286.423)	(781.927)	-	-	(306.665)	(718.556)	-	-
Lucro bruto		<u>164.219</u>	<u>259.649</u>	<u>235</u>	<u>367</u>	<u>196.952</u>	<u>328.943</u>	<u>235</u>	<u>367</u>
(Despesas) receitas operacionais									
Administrativas e gerais	22	(28.552)	(67.302)	(23.489)	(49.665)	(29.545)	(71.582)	(23.489)	(49.665)
Com vendas	22	(54.536)	(120.923)	-	-	(91.923)	(190.757)	-	-
Resultado financeiro líquido	23	(319.906)	(903.254)	(153)	(2.870)	(323.678)	(905.302)	(153)	(2.870)
Valor justo do ativo biológico	10	12.103	59.468	-	15.146	12.103	59.468	-	15.146
Resultado de equivalência patrimonial	11	(9.440)	(6.891)	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>(11.033)</u>	<u>(1.870)</u>	<u>(185)</u>	<u>(301)</u>	<u>(11.031)</u>	<u>(1.869)</u>	<u>(185)</u>	<u>(301)</u>
Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		<u>(247.145)</u>	<u>(781.123)</u>	<u>(23.592)</u>	<u>(37.323)</u>	<u>(247.122)</u>	<u>(781.099)</u>	<u>(23.592)</u>	<u>(37.323)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	13.366	8.191	(23)	(24)	13.366	8.191
Lucro (prejuízo)		<u>(247.145)</u>	<u>(781.123)</u>	<u>(10.226)</u>	<u>(29.132)</u>	<u>(247.145)</u>	<u>(781.123)</u>	<u>(10.226)</u>	<u>(29.132)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	3º tri	Acum.	3º tri	Acum.	3º tri	Acum.	3º tri	Acum.
Lucro (prejuízo)	(247.145)	(781.123)	(10.226)	(29.132)	(247.145)	(781.123)	(10.226)	(29.132)
Varição cambial sobre investimento	<u>(11.512)</u>	<u>(11.512)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.512)</u>	<u>(11.512)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente	<u>(258.657)</u>	<u>(792.635)</u>	<u>(10.226)</u>	<u>(29.132)</u>	<u>(258.657)</u>	<u>(792.635)</u>	<u>(10.226)</u>	<u>(29.132)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros para expansão	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.497.135	221.157	15.579	(5.971)	-	1.727.900
Aumento de capital	70.500	-	-	-	-	70.500
Prejuízo	-	-	-	(29.132)	-	(29.132)
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>1.567.635</u>	<u>221.157</u>	<u>15.579</u>	<u>(35.103)</u>	<u>-</u>	<u>1.769.268</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.567.635	221.157	-	(53.644)	-	1.735.148
Prejuízo	-	-	-	(781.123)	-	(781.123)
Variação cambial de investimentos	-	-	-	-	(11.512)	(11.512)
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>1.567.635</u>	<u>221.157</u>	<u>-</u>	<u>(834.767)</u>	<u>(11.512)</u>	<u>942.513</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo:	(781.123)	(29.132)	(781.123)	(29.132)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	123.879	521	123.887	521
Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	-	143	-	143
Ativo biológico	(59.468)	(15.146)	(59.468)	(15.146)
Encargos financeiros - juros e variação cambial	640.571	(8.191)	640.571	(8.191)
Provisão para riscos processuais	1.046	979	1.046	979
Resultado de equivalência patrimonial	6.891	-	-	-
	(68.204)	(50.826)	(75.087)	(50.826)
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber de clientes	(556.146)	(4)	(458.886)	(4)
Estoques	(42.952)	(35.723)	(113.171)	(35.723)
Impostos a recuperar	(67.241)	(33.436)	(67.241)	(33.437)
Adiantamento a fornecedores	15.519	19.866	15.519	19.866
Empréstimos a receber	(6.921)	-	(6.921)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	(23.016)	(29.868)	(32.350)	(30.225)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	(5.066)	185.881	(2.117)	185.881
Partes relacionadas	120.995	442.628	120.995	442.628
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	13.602	-	13.568	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	(29.641)	20.423	(20.022)	20.780
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(649.071)	518.941	(625.713)	518.940
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento em ativos biológicos	(369.371)	(163.117)	(369.371)	(163.117)
Adições no ativo imobilizado e intangível	(318.313)	(2.047.716)	(318.460)	(2.047.716)
Adições nos investimentos	(17.648)	(10.845)	(16.344)	(10.845)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(705.332)	(2.221.678)	(704.175)	(2.221.678)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	1.659.342	1.995.586	1.659.342	1.995.586
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.041.340)	(138.158)	(1.041.340)	(138.158)
Derivativos a pagar	227.901	-	227.901	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	845.903	1.857.428	845.903	1.857.428
Variação líquida	(508.500)	154.691	(483.985)	154.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	593.883	1.900	595.799	1.974
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>85.383</u>	<u>156.591</u>	<u>111.814</u>	<u>156.664</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.082.240	367	1.088.164	367
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	57.598	112	57.598	112
Transferências relativas à construção de ativos próprios	176.461	289.520	176.461	289.520
	<u>1.316.299</u>	<u>289.999</u>	<u>1.322.223</u>	<u>289.999</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(635.575)</u>	<u>(170.861)</u>	<u>(644.268)</u>	<u>(170.861)</u>
Valor adicionado bruto	<u>680.724</u>	<u>119.138</u>	<u>677.955</u>	<u>119.138</u>
Depreciação e amortização	<u>(123.879)</u>	<u>(521)</u>	<u>(123.887)</u>	<u>(521)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>556.845</u>	<u>118.617</u>	<u>554.068</u>	<u>118.617</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(6.891)	-	-	-
Receitas financeiras	45.029	7.074	58.566	7.074
Valor adicionado total a distribuir	<u>594.983</u>	<u>125.691</u>	<u>612.634</u>	<u>125.691</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	248.116	72.717	249.853	72.717
Benefícios	64.328	33.894	64.488	33.894
FGTS	7.873	4.861	7.873	4.861
	<u>320.317</u>	<u>111.472</u>	<u>322.214</u>	<u>111.472</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	23.125	4.745	23.128	4.745
Estaduais	23.285	512	23.285	512
Municipais	-	5	-	5
	<u>46.410</u>	<u>5.262</u>	<u>46.413</u>	<u>5.262</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	942.648	2.887	957.676	2.887
Aluguéis	59.861	31.573	59.987	31.573
Outras	6.870	3.629	7.467	3.629
	<u>1.009.379</u>	<u>38.089</u>	<u>1.025.130</u>	<u>38.089</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido (prejuízo)	<u>(781.123)</u>	<u>(29.132)</u>	<u>(781.123)</u>	<u>(29.132)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>594.983</u>	<u>125.691</u>	<u>612.634</u>	<u>125.691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Companhia” ou “Eldorado”) é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo (Brasil). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2013 abrangem a Companhia e suas controladas e investimentos em empresas coligadas (conjuntamente referidas como “o Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”). O Grupo tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia. A Companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas (MS) e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

A Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 539.380 (R\$ 542.862 no Consolidado), em decorrência do início das operações ao final de 2012, encontrando-se no exercício de 2013 em fase de formação de seus estoques e de ajustes em seus processos produtivos. Portanto, o equilíbrio patrimonial e financeiro dos negócios da Companhia depende exclusivamente do aumento de suas atividades operacionais e da utilização integral de sua capacidade produtiva, o que deverá ocorrer ao longo do próximo exercício.

Entidades do grupo

Subsidiárias	País	Acionária	
		30/09/2013	31/12/2012
Timber Holdings S.A.	Brasil	100%	100%
Celulose Eldorado Áustria GmbH	Áustria	100%	100%
Controlada indireta			
Eldorado USA Inc	Estados Unidos	100%	100%

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no CPC, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em reunião realizada em 12 de novembro de 2013.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. A Companhia possui investimento nas controladas Eldorado USA Inc., Celulose Eldorado Áustria GmbH e Timber Holding S.A. (100%).

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência

patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, valorização de ativo biológico, provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos processuais tributários, cíveis e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(iv) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas informações individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(v) *Manutenção do capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

(vi) *Segmentos operacionais*

De acordo com a IFRS 8/ CPC 22 - Informações por segmento, o relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

A Companhia apresentará apenas a abertura de suas atividades de produção de celulose iniciadas em dezembro de 2012, não havendo operações de produção de energia a ser reportadas até 30 de setembro de 2013.

3 *Resumo das principais práticas contábeis*

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Em conformidade com o Pronunciamento nº 30, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 30 (R1) - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança.
- (ii) A Companhia e suas controladas tenham transferido para o comprador os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem.
- (iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas.
- (iv) A Companhia e suas controladas não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens.
- (v) As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa com prazos de resgates inferiores a 90 dias da data da aplicação.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

d. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo ou do passivo financeiro, com exceção de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, cujos custos de transação são diretamente lançados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação” e seja designado como tal no momento do reconhecimento

inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e com a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são “caixa e equivalentes de caixa”.

- ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia e suas controladas possuem classificados nesta categoria são: “Contas a receber” e “Saldo com partes relacionadas”.

O Grupo realizará análise individual dos recebíveis e, se necessário, constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas.

- ***Mantidos até o vencimento***

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento (cotados em mercado ativo), então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros nesta categoria.

- ***Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros não derivativos: “Empréstimos e financiamentos” e “Fornecedores”.

- ***Ativos financeiros disponíveis para venda***

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

- ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros***

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber e dos estoques, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

- ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e/ou transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da madeira, quando transferido dos ativos biológicos para os estoques, é seu valor de custo.

f. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição e/ou formação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Seguem taxas anuais de depreciação:

Taxas de depreciação anual

Prédios e edificações	2,86%
Instalações e benfeitorias	2,81%
Móveis e utensílios	1,35%
Veículos	13,73%
Instrumentos técnico-científicos	13,12%
Equipamentos de informática	18,57%
Máquinas e equipamentos	3,79%

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em uma taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

g. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de eucalipto visando à produção de celulose utilizada na fabricação de papel. Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo, incluindo eventuais ganhos e perdas, cujo impacto reflete na demonstração de resultado do exercício. De acordo com as análises e as perspectivas de engenheiros florestais, é realizada a mensuração do valor justo de florestas cultivadas com idade superior a três anos de vida, uma vez que em períodos anteriores a isto, além de não existir um mercado ativo, o valor justo e o custo propriamente aplicado em sua formação são praticamente os mesmos. Tal posicionamento está fundamentado na probabilidade de esses cultivos atingirem sua maturidade e na confiabilidade das premissas utilizadas a partir desse período de maturação.

h. Arrendamento operacional de terras

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

i. Intangível

(i) Ativos intangíveis

São compostos, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, e software, registrados de acordo com o CPC 4 (R1) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (perda no valor recuperável). A amortização do software é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ii) Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao valor justo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os valores de ágio determinados em cada transação são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com o respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

j. Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil indefinida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita uma revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável, exceto para o ágio. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia e suas controladas. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre lucro ou prejuízo tributável do exercício, taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto de renda diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias a seguir:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete a contabilidade tampouco o lucro ou o prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazos são ajustados pelo seu valor presente. No entanto, o ajuste sobre os saldos de curto prazo ocorre quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada pela Companhia considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

p. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Legislação Societária Brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e a sua distribuição durante os períodos apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações contábeis.

q. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no Pronunciamento nº 3 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

(i) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob a IFRS 9 (2009), os ativos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. A IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração da IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*. A IFRS 9 (2010 e 2009) é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma. A Companhia não adotou esta norma antecipadamente.

(ii) IAS 32 - 'Instrumentos Financeiros: compensação de ativos e passivos financeiros

Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Disponibilidades	3	2	3	2
Bancos - Depósitos à vista	5.105	313.336	31.536	315.250
Bancos - Aplicações financeiras	80.275	280.545	80.275	280.547
	85.383	593.883	111.814	595.799

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos se aproxima da rentabilidade do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Por ter liquidez imediata, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras. O rendimento médio aproximado no período foi de 0,52% a.m., totalizando R\$ 4.126 no período .

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Mercado nacional	66.182	3.678	66.182	3.678
Mercado externo	1.237	-	397.431	1.049
Partes relacionadas (Nota 6)	496.256	3.851	-	-
	563.675	7.529	463.613	4.727

O saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrado como segue:

	30/09/2013	
	Controladora	Consolidado
A vencer	509.969	412.987
Vencido entre 1 e 30 dias	36.244	47.465
Vencido entre 31 e 60 dias	8.731	3.161
Vencido entre 61 e 90 dias	5.376	-
Acima de 90 dias	3.355	-
	563.675	463.613

O Grupo não identificou a necessidade de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado estão a seguir apresentados:

Ativo	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante					
Eldorado Áustria	Venda	448.051	933	-	-
Eldorado USA	Venda	48.205	2.918	-	-
		<u>496.256</u>	<u>3.851</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante					
J&F Participações Rishis	Mútuo	(ii) 40.295	41.005	40.295	41.005
	Mútuo	(i) 7.631	-	7.631	-
		<u>47.926</u>	<u>41.005</u>	<u>47.926</u>	<u>41.005</u>

Passivo	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante					
J&F Participações	Carta fiança (iii)	14.366	-	14.366	-
		<u>14.366</u>	<u>-</u>	<u>14.366</u>	<u>-</u>
Não circulante					
J&F Participações	Mútuo (iv)	106.629	-	106.629	-
		<u>106.629</u>	<u>-</u>	<u>106.629</u>	<u>-</u>

Resultado	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Eldorado Áustria	Venda de celulose	822.296	-	-	-
Eldorado USA	Venda de celulose	69.303	-	-	-
		<u>891.599</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Mútuo de adiantamentos para obtenção de concessão conforme descrito na nota 11.
- (ii) Venda de imóveis rurais denominados “Fazendas Florágua” com vencimento previsto para setembro de 2014 e maio de 2016, remunerados a taxas de mercado de 9% a.a. (R\$ 14.553) e

8,5% a.a. (R\$ 25.000), respectivamente, com bônus de adimplência de 15% sobre a parcela de juros devida (R\$ 1.234). A variação da conta reflete o acúmulo e o respectivo pagamento dos juros do período.

- (iii) Carta fiança concedida pela *holding* J&F para garantia das operações de financiamentos que a Eldorado possui junto às instituições financeiras.
- (iv) Mútuo com a controladora J&F Participações S.A., remunerado por 100% do CDI mais juros de 0,5% a.m., com prazo de vencimento indeterminado.

6.1 Remuneração dos dirigentes

A despesa de remuneração do pessoal-chave da Administração inclui conselheiros e diretores, representados por dez membros na controladora e no consolidado, apresentando-se nos seguintes montantes para o período de nove meses acumulados findos em:

	30/09/2013	30/09/2012
Benefícios de empregados de curto prazo (a)	5.566	560

- (a) Compreende a: remuneração, assistência médica e outros.

Todos os diretores são parte de contrato de trabalho no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações nenhuma participação nos resultados da Companhia ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) - Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

7 Estoques

Os estoques, registrados ao custo médio de aquisição, são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Mudas	2.144	2.913	2.144	2.913
Matéria-prima (madeira para produção)	131.726	120.600	131.726	118.959
Celulose	91.926	42.751	164.798	47.340
Insumos	15.830	6.867	15.830	6.867
Almoxarifados	29.419	27.458	29.714	27.458
	271.045	200.589	344.212	203.537

8 Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
ICMS (i)	86.258	44.894
PIS e COFINS (ii)	261.408	236.862
IPI	602	42
ISS	39	39
IRRF (iii)	3.108	2.337
	351.415	284.174
 Desmembramento		
Ativo circulante	108.370	33.434
Ativo não circulante	243.045	250.740
	351.415	284.174

(i) ICMS

A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, de créditos por aquisição de imobilizado para implantação de sua unidade localizada em Três Lagoas (MS). A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na sua realização. Entre as ações mantidas pela Administração, destaca-se a expectativa de realização desses créditos através do incremento das vendas de celulose para o mercado interno.

(ii) PIS E COFINS

Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS por aquisição de imobilizado em decorrência da finalização da construção de sua planta industrial colocada em operação ao final do exercício de 2012. Este montante refere-se a créditos incidentes sobre aquisições de equipamentos e de prestação de serviços, os quais são realizáveis mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

(iii) IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

Realização dos créditos de impostos

A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos em sua realização.

9 Adiantamento a fornecedores

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Compra de madeira para entrega futura circulante	56.154	55.636
Compra de madeira para entrega futura não circulante	38.768	54.805
	94.922	110.441

Referem-se a adiantamentos efetuados aos fornecedores de madeira, em conformidade com contratos de compra para entrega futura, cuja exigibilidade ocorrerá quando do recebimento físico da madeira. A liquidação desses adiantamentos será com base no valor da madeira recebida. Especialistas da Companhia avaliam e acompanham o desenvolvimento das florestas, visando a mitigar riscos associados ao cumprimento do contrato. Não existem instrumentos derivativos nestas operações de compras de madeira, uma vez que os respectivos contratos foram fechados com preços definidos para o volume de madeira a ser fornecido.

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados por florestas de eucalipto em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para produção de celulose, em áreas localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Os saldos contábeis no início e no final do exercício são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
No início do período	611.881	371.350	615.022	374.491
Movimentação do valor justo de ativo biológico líquido das despesas de venda	63.546	15.989	63.546	15.989
Baixa do valor justo do ativo biológico	(4.078)	-	(4.078)	-
	59.468	15.989	59.468	15.989
Corte da floresta para estoque	(47.504)	(10.407)	(47.504)	(10.407)
Custo aplicado na formação	387.841	234.949	387.841	234.949
Total do ativo biológico	1.011.686	611.881	1.014.827	615.022

Atualmente, a Companhia possui uma área produtiva de 143.721 ha (113.019 ha em 2012), sendo 22.104 ha de áreas próprias (22.951 ha em 2012) e 121.617 ha de áreas contratadas (90.068 ha em 2012) por arrendamentos e parcerias, desconsiderando, entre outros, as áreas de preservação permanente e de reserva legal, visando ao atendimento à legislação ambiental vigente. A área avaliada que atende às premissas para a valorização do ativo biológico em 30 de setembro de 2013 foi de 49.121 ha (35.594 ha em 31 de dezembro de 2012), a qual resulta de uma atualização do valor justo em R\$ 59.468.

O processo de colheita e replantio (única extração) tem um ciclo aproximado de sete anos, variável com base na cultura e no material genético a que se refere.

A Companhia não tem como procedimento efetuar seguros para as florestas em pé, devido à inviabilidade do valor praticado pelas seguradoras. Para evitar possíveis perdas do ativo biológico, a Companhia possui diversos programas de prevenção de perdas, como:

- Torres de observação;
- Monitoramento constante em fronteiras;
- Equipes com treinamento especializado em combate a incêndio;
- Monitoramento do processo de transporte de madeira.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Atendendo ao IAS 41/CPC 29, a Companhia, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, seguiu as seguintes premissas em suas apurações:

- (i) Foram mantidas a custo histórico de formação as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio, uma vez que o valor justo e o custo são praticamente os mesmos ao longo desse período;
- (ii) As florestas de eucalipto, após o terceiro ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo diminuído das despesas com vendas necessárias para disponibilizar o produto para venda ou consumo;
- (iii) O método de mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado para um ciclo de corte médio entre seis e sete anos, considerando uma média de preços e um crescimento dos ativos biológicos;
- (iv) A taxa de desconto utilizada e aplicada no fluxo de caixa corresponde a 4,5% a.a. (WACC real, sem a inflação estimada de 4,5%), o que reflete as expectativas da Companhia tanto no retorno como nas captações para investimentos;
- (v) Os volumes de produtividade das florestas são determinados com base na colheita e na idade, e estão compostos dentro de um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual) expresso em metros cúbicos por hectare/ano, utilizado como base na projeção de produtividade. A média de 41 m³/hectare do mercado local foi utilizada como base para o cálculo;
- (vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/m³, são obtidos através de pesquisas de preços de mercado, divulgados por instituição confiável e idônea. O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$ 57,95/m³ em 30 de setembro de 2013 (R\$ 53,61/m³ em 2012) e foi projetado com base no preço estimado para eucalipto no mercado local;
- (vii) O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de matocompetição, combate a formigas e outras pragas, adubamento, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra;
- (viii) A Companhia decidiu por efetuar a reavaliação do seu ativo biológico trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro) por entender que esse período é suficiente para demonstrar o

aumento dos hectares plantados há mais de três anos de forma que o saldo do ativo biológico ajustado não tenha defasagem;

- (ix) A Companhia não possui ativos biológicos que envolvam riscos financeiros e/ou ativos biológicos dados em garantia ao longo do período encerrado em 30 de setembro de 2013.

11 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Controladora				
Investimento em controlada	36.066	41.653	-	-
Outros investimentos	29.880	25.048	29.880	25.048
Ágio com investimento em controladas	<u>10.211</u>	<u>10.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>76.157</u>	<u>76.912</u>	<u>29.880</u>	<u>25.048</u>

Informações relevantes sobre as controladas em 30 de setembro de 2013

Investimentos em Controladas

(Em milhares de Reais)

	Ano	Participação	Ativo líquido	Participação do grupo nos ativos líquidos	Lucro ou prejuízo	Participação do grupo nos lucros/prejuízos	Lucro não realizado nos estoques	Variação cambial de Investimentos
2012								
Timber Holdings S.A.	31 de dezembro	100%	39.370	39.370	(1)	(1)	-	-
Cellulose Eldorado Austria GmbH	31 de dezembro	100%	2.283	2.283	165	1.787	1.622	-
			<u>41.653</u>	<u>41.653</u>	<u>164</u>	<u>1.786</u>	<u>1.622</u>	<u>-</u>
2013								
Timber Holdings S.A.	30 de setembro	100%	39.370	39.370	-	-	-	-
Cellulose Eldorado Austria GmbH	30 de setembro	100%	30.532	(3.304)	26.382	(6.891)	(33.273)	(11.512)
			<u>69.902</u>	<u>36.066</u>	<u>26.382</u>	<u>(6.891)</u>	<u>(33.273)</u>	<u>(11.512)</u>

Movimentação do saldo de investimentos em controladas

Controladora	30/09/2013
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	41.653
Equivalência patrimonial	(6.891)
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>1.304</u>
Saldo final em 30 de setembro de 2013	<u><u>36.066</u></u>

Controladas

Timber Holdings

A Timber Holdings S.A. é detentora da posse de terras e florestas de eucalipto, e foi adquirida com o objetivo de compor a base florestal necessária para o suprimento de madeira para a fábrica de celulose.

O ágio é atribuído à expectativa de rentabilidade futura, oriunda, principalmente, da perspectiva de produtividade das áreas adquiridas superior às demais áreas de propriedade da empresa e da redução de custo de transporte da madeira, relacionado à distância entre áreas adquiridas e a fábrica da Eldorado, entre outros.

Início das operações no exterior

Conforme inicialmente previsto pela Companhia, em 2012, foram abertas duas unidades estrategicamente localizadas no exterior, denominadas Eldorado USA Inc. (Estados Unidos) e Cellulose Eldorado Austria GmbH (Áustria) que visam ao atendimento definido como demanda através dos contratos já firmados e, também, à prospecção de novas contas de atendimento para vendas no exterior.

Em continuidade à expansão da presença da Companhia no mercado externo, em 2013, foram abertos dois escritórios comerciais, sendo um em Changai, na China, e outro em Baar, na Suíça.

Outros investimentos

Investimento na Rishis Empreendimentos e Participações S.A.

A Rishis é uma sociedade voltada, entre outras atividades, à exploração de armazéns alfandegados, terminais e à prestação de serviços de “operador portuário”, sendo arrendatária de armazéns externos localizados na margem direita do Porto de Santos, totalizando uma área de, aproximadamente, 12.000 m².

A Companhia adquiriu um bônus de subscrição com direito à subscrição de 517.647 ações ordinárias, representativas de 46,32% do capital social votante da Rishis, com prêmio de emissão no valor de R\$ 9.000 e preço de exercício no valor fixo de R\$ 13.500, cujo direito foi exercido e será pago em até 36 parcelas mensais. Do direito exercido, foram subscritas 279.569 ações da Rishis e, conseqüentemente, foram integralizados R\$ 7.299 no capital social realizado da Rishis.

A Eldorado firmou um Acordo de Investimentos e Outras Avenças com os acionistas da Rishis, o qual, caso sejam cumpridas as condições de renovação da concessão precedentes estabelecidas

no contrato, obriga os atuais controladores da Rishis a transferir o controle da Companhia pelo valor total de R\$ 84.650, atualizado pelo IPCA até a data de seu efetivo pagamento. Essa operação está garantida por notas promissórias em caráter *pro soluto*, no valor total de R\$ 89.150, atualizadas pelo IPCA.

Ao concluir a operação acima mencionada, a área total da Rishis passará dos atuais 12.000 m² para aproximadamente 29.000 m². O contrato prevê o cancelamento da operação caso a Administração da Rishis não atenda ao Acordo de Investimentos.

A Administração da Companhia busca, com essa transação, um ganho operacional logístico, aumentando a competitividade da Companhia na exportação de celulose.

Em 8 de outubro de 2013, foi realizada a aprovação do Novo Estatuto Social da Rishis, onde foram compreendidas as seguintes alterações:

- (a) Distrato do Acordo de Investimentos e Outras Avenças entre a Eldorado e os outros acionistas da Rishis;
- (b) Renúncia dos diretores atuais e eleição de novos diretores nominados pela Eldorado;
- (c) Obtenção do controle da Rishis através do aumento de participação acionária de 46,32% para 60%;
- (d) Celebração de Instrumento de AFAC regulando a emissão de AFACs pela Eldorado para a RISHIS durante o período de 30 meses, contados de 8 de outubro de 2013, até o limite de R\$70.000, a seu exclusivo critério, sem qualquer direito de preferência para os outros sócios, com anuência deles para tanto;
- (e) Emissão pela Rishis e subscrição pela Eldorado de um Bônus de Subscrição, com preço de exercício de R\$ 1, pago em 9 de outubro de 2013, permitindo à Eldorado subscrever até 6.350.698 novas ações ordinárias da Rishis, a um preço de emissão de R\$11,02/ação, podendo as ações serem integralizadas com créditos de AFACs conferidos pela Eldorado nos termos do Instrumento de AFAC;
- (f) Substituição da 3ª nota promissória, com cancelamento da originariamente emitida, por uma nova nota promissória no valor de R\$ 3.726.
- (g) A partir de 8 de outubro de 2013, com a obtenção do controle das operações, a Companhia passa a consolidar as demonstrações financeiras da Rishis.

12 Imobilizado

Controladora 2013 - 3º trimestre

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/09/2013
Terra nua e terrenos	-	341.425	-	341.425
Prédios e edificações	2,86%	1.073.366	(27.542)	1.045.824
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	6.313	(53)	6.260
Instalações e benfeitorias	2,81%	210.726	(4.718)	206.008
Móveis e utensílios	1,35%	4.304	(479)	3.825
Veículos	13,73%	17.444	(10.280)	7.164
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	3.982	(1.120)	2.862
Equipamentos de informática	18,57%	55.381	(8.083)	47.298
Máquinas e equipamentos	3,79%	3.559.653	(114.486)	3.445.167
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	38.895	-	38.895
		<u>5.311.489</u>	<u>(166.761)</u>	<u>5.144.728</u>

Controladora 2012

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2012
Terra nua e terrenos	-	359.628	-	359.628
Prédios e edificações	2,86%	910.193	(7.676)	902.517
Instalações e benfeitorias	2,81%	135.125	(401)	134.724
Móveis e utensílios	1,35%	4.123	(233)	3.890
Veículos	13,73%	15.468	(8.300)	7.168
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	2.146	(833)	1.313
Equipamentos de informática	18,57%	17.563	(1.358)	16.205
Máquinas e equipamentos	3,79%	2.786.301	(24.652)	2.761.649
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	762.366	-	762.366
		<u>4.992.913</u>	<u>(43.453)</u>	<u>4.949.460</u>

Consolidado 2013 - 3º trimestre

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/09/2013
Terra nua e terrenos	-	377.698	-	377.698
Prédios e edificações	2,86%	1.073.366	(27.542)	1.045.824
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	6.313	(53)	6.260
Instalações e benfeitorias	2,81%	210.746	(4.719)	206.027
Móveis e utensílios	1,35%	4.334	(480)	3.854
Veículos	13,73%	17.444	(10.280)	7.164
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	3.982	(1.120)	2.862
Equipamentos de informática	18,57%	55.438	(8.092)	47.346
Máquinas e equipamentos	3,79%	3.559.653	(114.486)	3.445.167
Adiantamentos para imobilizado	-	39.259	-	39.259
		<u>5.348.233</u>	<u>(166.772)</u>	<u>5.181.461</u>

Consolidado 2012

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2012
Terra nua e terrenos	-	395.901	-	395.901
Prédios e edificações	2,86%	910.193	(7.676)	902.517
Instalações e benfeitorias	2,81%	135.125	(401)	134.724
Móveis e utensílios	1,35%	4.123	(233)	3.890
Veículos	13,73%	15.468	(8.300)	7.168
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	2.146	(833)	1.313
Equipamentos de informática	18,57%	17.563	(1.358)	16.205
Máquinas e equipamentos	3,79%	2.786.301	(24.652)	2.761.649
Adiantamentos para imobilizado	-	762.687	-	762.687
		<u>5.029.507</u>	<u>(43.453)</u>	<u>4.986.054</u>

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora

Movimentação	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 30/09/2013
Terra nua e terrenos	359.628	-	-	(18.203)	-	-	341.425
Prédios e edificações	902.517	-	-	163.173	-	(19.866)	1.045.824
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	-	-	6.313	-	(53)	6.260
Instalações e benfeitorias	134.724	-	-	75.601	-	(4.317)	206.008
Móveis e utensílios	3.890	114	-	67	-	(246)	3.825
Veículos	7.168	1.977	-	(1)	-	(1.980)	7.164
Instrumento técnico-científico	1.313	1	-	1.835	-	(287)	2.862
Equipamentos de informática	16.205	7.445	-	30.373	-	(6.725)	47.298
Máquinas e equipamentos	2.761.649	103.098	-	670.254	-	(89.834)	3.445.167
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	762.366	204.411	-	(927.882)	-	-	38.895
	<u>4.949.460</u>	<u>317.046</u>	<u>-</u>	<u>1.530</u>	<u>-</u>	<u>(123.308)</u>	<u>5.144.728</u>

Movimentação	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 31/12/2012
Terra nua e terrenos	53.682	-	-	305.946	-	-	359.628
Prédios e edificações	19.299	-	-	818.024	68.820	(3.626)	902.517
Instalações e benfeitorias	84	-	-	134.995	-	(355)	134.724
Móveis e utensílios	587	177	-	3.226	-	(100)	3.890
Veículos	8.527	1.769	(143)	(62)	-	(2.923)	7.168
Instrumento técnico-científico	869	1	-	723	-	(280)	1.313
Equipamentos de informática	1.735	926	-	13.859	-	(315)	16.205
Máquinas e equipamentos	17.195	141.466	-	2.411.540	206.460	(15.012)	2.761.649
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	1.981.765	2.438.186	-	(3.382.305)	(275.280)	-	762.366
	<u>2.083.743</u>	<u>2.582.525</u>	<u>(143)</u>	<u>305.946</u>	<u>-</u>	<u>(22.611)</u>	<u>4.949.460</u>

Consolidado

Movimentação	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 30/09/2013
Terra nua e terrenos	395.901	-	-	(18.203)	-	-	377.698
Prédios e edificações	902.517	-	-	163.173	-	(19.866)	1.045.824
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	-	-	6.313	-	(53)	6.260
Instalações e benfeitorias	134.724	-	-	75.621	-	(4.318)	206.027
Móveis e utensílios	3.890	114	-	97	-	(247)	3.854
Veículos	7.168	2.028	-	(46)	-	(1.986)	7.164
Instrumento técnico-científico	1.313	1	-	1.835	-	(287)	2.862
Equipamentos de informática	16.205	7.445	-	30.421	-	(6.725)	47.346
Máquinas e equipamentos	2.761.649	103.098	-	670.254	-	(89.834)	3.445.167
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	762.687	204.507	-	(927.935)	-	-	39.259
	<u>4.986.054</u>	<u>317.193</u>	<u>-</u>	<u>1.530</u>	<u>-</u>	<u>(123.316)</u>	<u>5.181.461</u>

Movimentação	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 31/12/2012
Terra nua e terrenos	89.955	-	-	305.946	-	-	395.901
Prédios e edificações	19.299	-	-	818.024	68.820	(3.626)	902.517
Instalações e Benfeitorias	84	-	-	134.995	-	(355)	134.724
Móveis e utensílios	587	177	-	3.226	-	(100)	3.890
Veículos	8.527	1.769	(143)	(62)	-	(2.923)	7.168
Instrumento técnico-científico	869	1	-	723	-	(280)	1.313
Equipamentos de informática	1.735	926	-	13.859	-	(315)	16.205
Máquinas e equipamentos	17.195	141.466	-	2.411.540	206.460	(15.012)	2.761.649
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	1.981.765	2.438.507	-	(3.382.305)	(275.280)	-	762.687
	<u>2.120.016</u>	<u>2.582.846</u>	<u>(143)</u>	<u>305.946</u>	<u>-</u>	<u>(22.611)</u>	<u>4.986.054</u>

Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado

Os montantes em aberto como obras em andamento e com adiantamentos para imobilização em 30 de setembro de 2013, são relacionados às melhorias estruturais para a planta e seu entorno, investimentos na parte logística ferroviária (vagões e locomotiva), reformas na área portuária da própria planta, do porto de Pederneiras e do porto de Santos, para atendimento do planejamento logístico da Companhia de escoamento através da subida do Rio Tietê até Pederneiras, posteriormente, através de ferrovias para o porto de Santos. Os ativos da Companhia são dados em garantia aos seus empréstimos e financiamentos até o limite máximo de cada uma das dívidas assumidas (Nota 15).

Revisão da vida útil

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada. A partir do início das operações da planta, as novas aquisições e/ou construções são registradas com sua perspectiva de vida útil estimada. Anualmente, a vida útil de todos os ativos imobilizados é revisada e, quando aplicável, alterada.

Teste de valor recuperável - Imobilizado

A Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2012, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício, não houve evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda na recuperação desses ativos são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento.

Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis ocorreram ao longo do exercício de 2012 (até 12 de dezembro de 2012, data em que a planta entrou em operação) e estão apresentados a seguir:

	Consolidado
	31/12/12
Obras em andamento	3.382.305
(+) Custos de empréstimos capitalizados em 2011	83.983
(+) Custos de empréstimos capitalizados em 2012	191.297
	<u>275.280</u>
	<u>3.657.585</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 não foram realizadas capitalizações de custos dos empréstimos.

As taxas de capitalização utilizadas na determinação do custo dos empréstimos elegíveis foram as seguintes:

Empréstimos elegíveis	Taxa média anual dos juros	Juros capitalizados
Financiamentos bancários	Juros de 0,34% a 1,60% a.m	127.619
Empréstimos com sócios	CDI + juros de 0,5% a 1% a.m	147.661
		<u>275.280</u>

Todos os custos capitalizáveis foram originados de empréstimos específicos para a construção de ativos qualificáveis até a data em que a planta foi colocada em operação.

13 Intangível

Controladora 2013

	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30/09/2013
Software de informática	15%	4.613	(1.452)	3.161
		<u>4.613</u>	<u>(1.452)</u>	<u>3.161</u>

Controladora 2012

	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2012
Software de informática	15%	3.346	(881)	2.465
		<u>3.346</u>	<u>(881)</u>	<u>2.465</u>

Consolidado 2013

	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30/09/2013
Ágio	-	10.211	-	10.211
Software de informática	15%	4.613	(1.452)	3.161
		<u>14.824</u>	<u>(1.452)</u>	<u>13.372</u>

Consolidado 2012

	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2012
Ágio	-	10.211	-	10.211
Software de informática	15%	3.346	(881)	2.465
		<u>13.557</u>	<u>(881)</u>	<u>12.676</u>

Movimentação do ativo intangível

Controladora	31/12/2012	Adições	Amortização	Transferência	30/09/2013
Software de informática	2.465	1.267	(571)	-	3.161
	<u>2.465</u>	<u>1.267</u>	<u>(571)</u>	<u>-</u>	<u>3.161</u>
Consolidado	31/12/2012	Adições	Amortização	Transferência	30/09/2013
Ágio	10.211	-	-	-	10.211
Software de informática	2.465	1.267	(571)	-	3.161
	<u>12.676</u>	<u>1.267</u>	<u>(571)</u>	<u>-</u>	<u>13.372</u>

Detalhamento do ágio

No Consolidado - Registrado como intangível

Ágio em decorrência da aquisição de 100% das ações e capital votante da Timber Holdings S.A. em setembro de 2011, tendo apurado um ágio de R\$ 10.211, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Teste de valor recuperável - Intangível

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2012 a recuperação do valor contábil dos ágios, utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativos dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis registrados na Companhia.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia em 31 de dezembro de 2012, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis, perspectivas de crescimento à época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o período, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Materiais e serviços	233.836	301.032	236.040	301.032
Insumos	96.465	40.895	96.465	40.895
Outros	6.652	92	7.397	92
	336.953	342.019	339.902	342.019

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora e consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado			
FINAME - Financiamentos a empreendimentos	Juros médios de 3% a 8,00% a.a.	30.422	12.665
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio (i)	Variação cambial +juros	732.141	108.728
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	-	503.908
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + 3,32%	509.781	500.390
BNDES - Subcrédito B (iii)	Taxa Variável BNDES + 3,32%	801.732	729.065
BNDES - Subcrédito C H e L (iii)	Taxa Variável BNDES + 4,52%	916.768	620.427
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP + 2,92%	137.162	137.186
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	3.713	1.644
BNDES - Subcrédito D (iii)	TJLP + 1,8%	144.510	61.869
BNDES - Subcrédito E (iii)	Taxa Variável BNDES + 1,8%	373.789	146.390
BNDES - Subcrédito F e J (iii)	Taxa Variável BNDES + 3%	208.928	79.597
BNDES - Subcrédito I (iii)	TJLP + 1,4%	37.113	10.161
ECAs (iv)	Variação cambial + juros 2,8% a 5,69% a.a.	889.874	721.750
Debêntures (primeira emissão) (v)	110% do CDI	11.486	15.600
Debêntures (segunda emissão) (vi)	IPCA + 7,41% a.a.	986.605	940.000
FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste (vii)	Juros de 8,5% a 9 % a.a.	65.486	64.833
Leasing Arrendamento Mercantil	4,86 % a 9,84% a.a	13	155
Capital de giro	Taxa de 5,74% a.a. em dólares e 9,72% a.a. e:	54.138	-
NCE (ix)	CDI + spread	22.142	-
Caterpillar Financeira (viii)	Variação cambial + 5.74 a.a	-	33.377
Pré pagto principal		20.515	-
		5.946.318	4.687.745
Controladora e consolidado			
		30/09/2013	31/12/2012
Desmembramento			
Passivo circulante		969.904	628.613
Passivo não circulante - Outros		4.976.414	4.059.132
		5.946.318	4.687.745

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	30/09/2013	31/12/2012
O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:		
2014	92.367	106.100
2015	590.434	376.970
2016	636.964	394.434
2017	632.520	394.265
A partir de 2018	<u>3.024.129</u>	<u>2.787.363</u>
	<u>4.976.414</u>	<u>4.059.132</u>

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado	30/09/2013
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	4.687.745
Encargos financeiros - Juros e variação cambial	640.571
Captações	1.659.342
Pagamentos	<u>(1.041.340)</u>
Saldo final em 30 de setembro de 2013	<u>5.946.318</u>

15.1 Linhas de crédito da Companhia

- (i)** Financiamento do capital de giro por meio de ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) com os bancos Deutsche Bank, BTG, Bic, Pine, Cargill, Bradesco BNP Paribas, Caixa Economica Federal e Banrisul.
- (ii)** Os financiamentos referem-se a cédulas de crédito bancário Banco Panamericano , liquidado em 30 de setembro de 2013.
- (iii)** Captações com o BNDES: Em 22 de julho de 2011, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), com aditivos celebrados em 5 de março e 10 de agosto de 2012, no valor total de R\$ 2,7 bilhões, para a construção da fábrica de papel e celulose, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e implantação do sistema de programa de investimentos sociais no âmbito da comunidade em áreas de influência da fábrica (“Projeto”). Assim, entre março de 2012 e setembro de 2013, o BNDES confirmou a eficácia do referido contrato através de liberações, as quais deverão ser pagas em 90 parcelas com início de pagamento em janeiro de 2015.
- (iv)** Contratos de financiamento com as Agências de Crédito à Exportação (ECAs - Export Credit Agencies), liberados em 28 de dezembro de 2012, com amortização em 19 parcelas semestrais, a partir de novembro de 2013 até novembro de 2022, com taxas de juros e variação cambial USD compostas pelas seguintes Agências: Finnvera, valor de R\$ 439.551 à taxa de 3,1% a.a., equivalente a USD 215.477, e R\$ 116.830 à taxa de 5,69% a.a., equivalente a USD 57.243, EKN valor de R\$ 204.825 à taxa de 2,8% a.a., equivalente a USD100.256 , e Oekb valor de R\$ 182.439 à taxa de 5,69% a.a., equivalente a USD89.361.

- (v) Em 20 de agosto de 2012, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única para colocação privada, portanto dispensada do registro na CVM, com juros remuneratórios de 110% CDI a.a. e vencimento final em setembro de 2015. As debêntures foram integralmente distribuídas em 29 de novembro de 2012.
- (vi) Em 1º de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples totalmente subscritas pelo FI-FGTS, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, com atualização monetária pelo IPCA, mais juros remuneratórios de 7,41% a.a e vencimento final em dezembro de 2027. As debêntures foram integralmente distribuídas em 17 de dezembro de 2012.
- (vii) Contratos de financiamentos de FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste, com o Banco do Brasil, com valores e vencimentos a seguir: R\$ 14.481, vencimento em 2014; R\$ 25.000, vencimento em 2016; e R\$ 23.086, vencimento em 2017, garantidos por propriedades (fazendas) até o limite da dívida assumida.
- (viii) Empréstimos denominados em dólar para financiamento da compra de locomotivas, com amortização semestral a partir de 2014 até 2020 junto a Caterpillar Financial Services e cédulas de crédito bancário com o Banco Panamericano.
- (ix) Contratos de NCE - Notas de Crédito à Exportação, denominadas em reais com o Banco Modal.

15.2 Restrições contratuais e covenants

Os contratos de financiamentos, ECAs e debêntures firmados pela Companhia destinados à implantação de seu complexo industrial e correspondente estrutura logística contêm garantias através de ativos imobilizados até o limite das respectivas dívidas, bem como restrições financeiras (*financial covenants*) usualmente aplicáveis às referidas modalidades de longo prazo. Tais compromissos preveem que os testes de cumprimento das condições somente ocorrerão a partir do encerramento do ano fiscal de 2014.

16 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Salários e encargos sociais	42.158	47.615	42.158	47.647
Provisões e encargos	20.008	10.409	20.008	10.409
Obrigações fiscais	15.651	6.203	15.651	6.203
Outros	24	12	24	14
	77.841	64.239	77.841	64.273

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro 2013, a Companhia possui saldo de prejuízo contábil que, ajustado com as despesas e receitas não permitidas pela legislação tributária para o cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, de R\$ 905.314 (R\$ 65.132 em 31 de dezembro de 2012).

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:	30/09/2013	30/09/2012
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(781.099)</u>	<u>(13.731)</u>
Taxa nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	265.574	4.669
Equivalência patrimonial	(2.374)	-
Valor justo do ativo biológico	20.219	-
Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	8.697
Outros	<u>(1.842)</u>	<u>-</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	281.577	13.366
Provisão para não realização dos créditos tributários	<u>(281.577)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>13.366</u>
Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:	30/09/2013	31/12/2012
Saldo inicial	<u>-</u>	<u>(8.191)</u>
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos - Alíquota de 34% sobre valorização do ativo biológico	(24.755)	(5.436)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa até o limite do passivo	<u>24.755</u>	<u>13.627</u>
Resultado final de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(8.191)
Saldo do balanço patrimonial final de imposto de renda e contribuição diferidos.	<u>-</u>	<u>-</u>

Em decorrência da fase inicial de operações, a Companhia não apresentou despesas com imposto de renda e contribuição social no resultado findo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no entanto reconhece imposto de renda e contribuição social diferido ativo, sobre seu prejuízo fiscal e base negativa, até o limite do seu passivo fiscal diferido.

Instrução Normativa nº 1397

Em 16 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Instrução Normativa nº 1.397 definindo de forma geral que, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT - Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos decorrentes deste assunto.

18 Provisão para riscos processuais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nessa avaliação, as seguintes provisões foram efetuadas:

Controladora e consolidado							
	31/12/2011	Adições	Exclusão	31/12/2012	Adições	Exclusões	30/09/2013
Cíveis	104	907	(104)	907	729	-	1.636
Trabalhistas	-	1.103	-	1.103	1.221	(904)	1.420
	<u>104</u>	<u>2.010</u>	<u>(104)</u>	<u>2.010</u>	<u>1.950</u>	<u>(904)</u>	<u>3.056</u>

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía em andamento outros processos, no montante de aproximadamente R\$ 41.122 (R\$ 4.540 em 31 de dezembro de 2012), referentes basicamente a processos trabalhistas pulverizados, sendo, na avaliação dos assessores jurídicos, a perda considerada possível, mas não provável. Para esses processos, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital social realizado
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>1.788.792</u>	<u>(221.157)</u>	<u>1.567.635</u>

Em 20 de agosto de 2012, o capital subscrito passou de R\$ 1.718.291.903,18 (1.495.274.914 ações) para R\$ 1.788.791.903,18 (1.525.558.419 ações), aumentando assim o capital social em R\$ 70.500.000, realizado mediante a emissão de 30.283.505 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ato registrado na JUCESP sob o número 3530044472-8.

	Quantidade de ações
Total de ações em 31/12/2011	<u>1.495.274.914</u>
Subscrição de capital social	<u>30.283.505</u>
Total de ações em 31/12/2012	<u>1.525.558.419</u>
Total de ações em 30/09/2013	<u>1.525.558.419</u>

19.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 29 de novembro de 2011, a controladora J&F firmou com a Eldorado um instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), no montante de R\$ 221.156.740,00 (duzentos e vinte e um milhões, cento e cinquenta e seis mil setecentos e quarenta reais), para o qual as contratantes atribuíram caráter irrevogável e irretroatável.

Consoante o pactuado entre a J&F e a Eldorado, o AFAC deverá ser convertido em capital social da Eldorado em até 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura do instrumento do AFAC, com a emissão de 221.156.740 (duzentos e vinte e uma milhões, cento e cinquenta e seis mil setecentas e quarenta) ações.

19.3 Reserva legal

Quando da ocorrência, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, quando incorrido, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

19.4 Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência é destinado ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% ajustado na forma da lei societária.

20 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	190.651	376	190.651	376
Mercado externo	891.589	-	995.548	-
	1.082.240	376	1.186.199	376
Descontos e abatimentos	-	-	(98.035)	-
	1.082.240	376	1.088.164	376
Deduções de vendas				
Devoluções de vendas e impostos	(40.664)	(9)	(138.700)	(9)
Receita operacional líquida	1.041.576	367	1.047.499	367

21 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado do exercício aos montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico.

Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do exercício.

	30/09/2013	30/09/2012
Resultado atribuível aos acionistas	<u>(781.123)</u>	<u>(29.132)</u>
Total de ações do exercício (subscritas e AFAC) - Milhares	<u>1.746.715</u>	<u>1.525.558</u>
Resultado por lote de mil ações	<u>(447,20)</u>	<u>(19,10)</u>

22 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Despesas com pessoal	(33.219)	(26.903)	(35.115)	(26.903)
Despesas com serviços	(37.449)	(13.187)	(38.940)	(13.187)
Despesas com materiais diversos	(2.115)	(9.001)	(2.143)	(9.001)
Transportes	(113.930)	-	(173.083)	-
Outros	(1.512)	(574)	(13.058)	(574)
	<u>(188.225)</u>	<u>(49.665)</u>	<u>(262.339)</u>	<u>(49.665)</u>
Desmembramento				
Despesas administrativas e gerais	(67.302)	(49.665)	(71.582)	(49.665)
Despesas com vendas	(120.923)	-	(190.757)	-
	<u>(188.225)</u>	<u>(49.665)</u>	<u>(262.339)</u>	<u>(49.665)</u>

As despesas com pessoal sofreram um incremento ao longo do exercício, sobretudo relacionado ao aumento considerável do quadro de funcionários.

As despesas administrativas e gerais tiveram um crescimento significativo entre 2012 e 2013, o qual se deve substancialmente ao aumento das prestações de serviços relacionados à assessoria jurídica e consultorias diversas, mão de obra terceirizada, assistência técnica, armazenagem provisória, vigilância, consultoria de TI, transportes, entre outros.

23 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Juros ativos	656	51	657	51
Rendimento de aplicações financeiras	4.126	7.074	4.126	7.074
Despesas bancárias diversas	(1.898)	(9.922)	(2.456)	(9.922)
Juros passivos	(327.616)	-	(327.616)	-
Variações cambiais passivas líquidas	(280.967)	-	(282.458)	-
Partes relacionadas carta fiança de dívidas	(39.692)	-	(39.692)	-
Resultado com derivativos	(225.734)	-	(225.734)	-
Despesas com fiança	(9.517)	-	(9.517)	-
Outros	(22.612)	(73)	(22.612)	(73)
	<u>(903.254)</u>	<u>(2.870)</u>	<u>(905.302)</u>	<u>(2.870)</u>

A Companhia apresentou um incremento em seu resultado financeiro líquido, sobretudo em decorrência das variações cambiais ativas sobre empréstimos em moeda estrangeira e, também, em decorrência dos rendimentos sobre aplicações financeiras.

24 Cobertura de seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros de acordo com a sua natureza. A Companhia não efetua seguros para seus ativos biológicos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

Em 30 de setembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos à fábrica totalizava R\$ 6,53 bilhões (R\$ 2,5 bilhões em 2012).

25 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros e variações cambiais e a riscos de liquidez.

Riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Esses riscos estão concentrados em sua dívida com instituições financeiras e com fornecedores, relacionados à construção do parque fabril e das florestas de eucalipto.

a. Riscos de taxas de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste ambiente, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a esse risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e IPCA (Índice Nacional de Preço do Consumidor Amplo), além de eventuais transações com posições prefixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). A Companhia procura mitigar o risco da taxa de juros efetuando a diversificação dos índices contratados, além de efetuar aplicações financeiras nos mesmos índices associados ao seu passivo, efetuando assim um *hedge* natural.

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nos encargos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, considerando as flutuações de taxas de mercado.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia dá-se sobre os empréstimos e financiamentos. Segue posição em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora e consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	-	503.908
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	509.781	500.390
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP +2,92% a.a.	137.162	137.186
BNDES (iii)	TJLP + Variação cambial USD	764.340	298.017
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	3.713	1.644
Debêntures (primeira emissão)	110% do CDI	11.486	15.600
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + 7,41% a.a.	986.605	940.000
Aplicações financeiras (compromissadas)	99% do CDI	(80.275)	(280.585)
		<u>2.332.812</u>	<u>2.116.160</u>

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2013, a seguir estão apresentadas possíveis alterações nas taxas de juros, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as taxas de juros de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições:

Operação - 30/09/2013	Risco	Posição	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	509.781	-	127.445	254.891
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP +2,92% a.a.	137.162	-	34.291	68.581
BNDES (iii)	TJLP + Variação cambial USD	764.340	-	191.085	382.170
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	3.713	-	928	1.857
Debêntures (primeira emissão)	110% do CDI	11.486	-	2.872	5.743
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + 7,41% a.a.	986.605	-	246.651	493.303
Aplicações financeiras (compromissadas)	99% do CDI	(80.275)	-	(20.069)	(40.138)
Exposição líquida de taxa de juros		<u>2.332.812</u>	<u>-</u>	<u>583.203</u>	<u>1.166.407</u>
Operação - 31/12/2012	Risco	Posição	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	503.908	-	125.977	251.954
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	500.390	-	125.098	250.195
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP +2,92% a.a.	137.186	-	34.297	68.593
BNDES (iii)	TJLP + Variação cambial USD	298.017	-	74.504	149.009
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	1.644	-	411	822
Debêntures (primeira emissão)	110% do CDI	15.600	-	3.900	7.800
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + 7,41% a.a.	940.000	-	235.000	470.000
Aplicações financeiras (compromissadas)	99% do CDI	(280.585)	-	(70.146)	(140.293)
Exposição líquida de taxa de juros		<u>2.116.160</u>	<u>-</u>	<u>529.041</u>	<u>1.058.080</u>

Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

O custo do empréstimo baseado na cesta de moedas é definido a partir do custo médio das captações do Banco no mercado internacional e compõe-se da UMBNDES mais encargos da cesta de moedas que é a taxa de juros variáveis.

A TJLP, taxa de juros a longo prazo, foi instituída para definir o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES e está nesta data em 5,5% a.a.

b. Riscos de taxas de câmbio

O risco de taxa cambial é aquele em que as alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos ou aumento das obrigações.

As principais exposições às quais a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do dólar norte-americano, do euro e da coroa sueca em relação ao Real.

Em 30 de setembro de 2013, a cotação do dólar norte-americano, do euro e da coroa sueca foi respectivamente de R\$ 2,22, R\$ 3,0170 e R\$ 0,3477, e, em 31 de dezembro de 2012, foi respectivamente de R\$ 2,0429, R\$ 2,6954 e R\$ 0,3138.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o risco de variação cambial está concentrado nas rubricas Adiantamentos a fornecedores, Fornecedores e Empréstimos.

A Companhia, a fim de prevenir-se do risco da volatilidade da variação das taxas de câmbio, procura balancear seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

A seguir, são apresentados os ativos e passivos da Companhia, expostos a riscos de variação cambial, referente ao período findo em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Controladora

	30/09/2013	31/12/2012
Adiantamentos em US\$	-	3
Adiantamentos em Euro	438	144
Adiantamentos em Renminbi (China)	18	10
Adiantamentos em coroa sueca	-	-
Non Deliverable Forwards (US\$)	<u>1.570.000</u>	<u>105.000</u>
Total de adiantamento a fornecedores	<u>1.570.456</u>	<u>105.157</u>
Fornecedores (dólar norte-americano)	(1.907)	(6.317)
Fornecedores (euro)	(86.610)	(159.500)
Fornecedores (coroa norueguesa)	-	-
Fornecedores (coroa sueca)	<u>(1.684)</u>	<u>(6.915)</u>
Total de fornecedores	<u>(90.201)</u>	<u>(172.732)</u>
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	(732.141)	(108.728)
BNDES - Subcrédito C, H e L	(916.768)	(620.427)
BNDES - Subcrédito B	(801.732)	(729.065)
BNDES - Subcrédito D, E, F, J e I	(764.340)	(298.017)
ECAs	(889.874)	(721.750)
Caterpillar Financial	<u>-</u>	<u>(33.377)</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>(4.104.855)</u>	<u>(2.511.364)</u>
Exposição líquida	<u>(2.624.600)</u>	<u>(2.578.939)</u>

O risco de alteração nas taxas cambiais pode incorrer em prejuízos à Companhia, decorrentes de possível redução dos valores dos ativos ou incremento de seus passivos.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2013, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições ativas e passivas:

Controladora

		30/09/2013		
Operação	Risco	Posição	25%	50%
Adiantamento a fornecedores	Depreciações do R\$	456	114	228
Non deliverable forwards (NDF)	Apreciação do R\$	(227.901)	(56.975)	(113.951)
Exposição líquida de variação cambial		<u>(227.445)</u>	<u>(56.861)</u>	<u>(113.723)</u>
		31/12/2012		
Operação	Risco	Posição	25%	50%
Adiantamento a fornecedores exterior	Depreciações do R\$	157	39	79
Fornecedores no Exterior	Depreciações do R\$	(172.732)	(43.183)	(86.366)
Empréstimos no Exterior	Depreciações do R\$	(2.511.264)	(627.816)	(1.255.632)
Non deliverable forwards (NDF)	Depreciações do R\$	(214.505)	(53.626)	(107.253)
Exposição líquida de variação cambial		<u>(2.898.344)</u>	<u>(724.586)</u>	<u>(1.449.172)</u>

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2013, os derivativos em aberto com vencimento em 02 de dezembro de 2013, firmados com os Bancos BTG Pactual e Pine, referem-se contratos de NDF (Non Deliverable Forwards) e tem por objetivo reduzir a volatilidade nas operações de dívidas em dólar.

Na posição de 31 de dezembro de 2012, os únicos Derivativos em aberto que a Companhia possuía eram contratos de NDF (Non Deliverable Forwards), com vencimentos entre 2 de fevereiro e 1º de julho de 2013 (encerrado no primeiro trimestre de 2013 pelo valor de R\$ 3.959), firmados com o Banco BTG Pactual, conforme demonstrados abaixo. Esses contratos têm por objetivo reduzir a volatilidade nas operações de vendas em dólar nos primeiros meses de operação.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foi adotado o método do fluxo de caixa descontado, utilizando-se de curvas de projeção da BM&F para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

Derivativos em aberto

NDFs	Valor-base		Vencimento	Valor justo	
	Milhares de dólar	Reais		Dólar	Reais
Posição Comprada (USD)	1.570.000	3.501.100	02/12/13	102.198	227.901

Derivativos liquidados

NDFs	Valor-base		Vencimento	Valor-base	
	Dólar	Reais		Dólar	Reais
Posição Vendida (USD)	105.000	214.568	02/01/13 a 01/07/13	1.768	3.613

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Os depósitos bancários, aplicações financeiras e operações de NDF são contratadas com instituições financeiras de primeira linha, portanto, o risco de haver alguma perda com estas instituições financeiras é mínimo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes	67.419	7.529	454.825	4.727
Contas a receber de partes relacionadas	544.182	41.005	47.926	41.005
	<u>611.601</u>	<u>48.534</u>	<u>502.751</u>	<u>45.732</u>

Garantias

Em decorrência das operações firmadas com o BNDES e as ECAs, foram concedidas as seguintes garantias compartilhadas: a) hipoteca em primeiro grau da fábrica instalada no município de Três Lagoas, b) penhor de 750.000.000 de ações ordinárias nominativas da Eldorado, c) penhor de 368.000.000 de ações ordinárias escriturais da coligada JBS S.A. e d) alienação fiduciária dos equipamentos florestais financiados pelas ECAs no montante de aproximadamente R\$ 80.000.

d. Risco de preço

A Companhia está exposta à volatilidade dos preços da madeira somente para os novos contratos não fechados, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas silviculturais e outros. A Companhia, com o objetivo de garantir matéria-prima para operacionalização de sua fábrica,

vem efetuando compras de madeira para entrega futura, com pagamentos parciais antecipados, não ficando exposta à volatilidade de preços para os contratos já firmados.

Controladora	30/09/2013	31/12/2012
Valor estimado de contratos firmes - R\$	845.726	380.902
Adiantamentos efetuados	<u>(69.017)</u>	<u>(73.366)</u>
Total	<u>776.709</u>	<u>307.536</u>

Os riscos nas variações de preço são mitigados pela efetiva entrega da madeira, momento em que será reconhecida a obrigação com fornecedores e o respectivo estoque, ambos pelo valor fixo do fechamento do contrato. Assim, conforme cronograma, os estoques de madeira que ainda não foram entregues não estão sujeitos ao respectivo risco do compromisso de pagamento e, principalmente, não estão sujeitos ao risco quanto à oscilação do preço das madeiras.

Os riscos de não recebimento da madeira são mitigados pelo constante acompanhamento do desenvolvimento das florestas pelos seus especialistas.

e. Risco de liquidez

As dívidas de longo prazo da Companhia são compostas pelas modalidades: BNDES, ECAs e debêntures, tem prazo de vencimento de 10 a 15 anos, com carência de ao menos um ano. A dívida das ECAs e das debêntures tem pagamentos personalizados. Nos primeiros anos a amortização do principal é menor em relação aos anos que se aproximam da liquidação total.

O financiamento do capital de giro da Companhia é feito através de contração de linhas de crédito ACCs, NCEs, Pré-Pagamentos.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros líquidos da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Controladora

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Mais de 4 anos	Valor justo
Em 30 de setembro de 2013					
Fornecedores	336.953	-	-	-	336.953
Empréstimos e financiamentos	969.904	682.801	1.269.484	3.024.129	5.946.318
Non deliverable forwards (NDF)	(227.901)	-	-	-	(227.901)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(85.383)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(85.383)</u>
Total	<u>993.573</u>	<u>682.801</u>	<u>1.269.484</u>	<u>3.024.129</u>	<u>5.969.987</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Fornecedores	342.019	-	-	-	342.019
Empréstimos e financiamentos	628.613	849.865	921.968	2.287.299	4.687.745
Non deliverable forwards (NDF)	3.613	-	-	-	3.613
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(593.883)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(593.883)</u>
Total	<u>380.362</u>	<u>849.865</u>	<u>921.968</u>	<u>2.287.299</u>	<u>4.439.494</u>

Consolidado

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Mais de 4 anos	Valor justo
Em 30 de setembro de 2013					
Fornecedores	339.902	-	-	-	339.902
Empréstimos e financiamentos	969.904	682.801	1.269.484	3.024.129	5.946.318
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(111.814)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(111.814)</u>
Total	<u>1.197.992</u>	<u>682.801</u>	<u>1.269.484</u>	<u>3.024.129</u>	<u>6.174.406</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Fornecedores	342.019	-	-	-	342.019
Empréstimos e financiamentos	628.613	849.865	921.968	2.287.299	4.687.745
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(595.799)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(595.799)</u>
Total	<u>374.833</u>	<u>849.865</u>	<u>921.968</u>	<u>2.287.299</u>	<u>4.433.965</u>

f. Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1** - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.
- **Nível 3** - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Segue o quadro de classificação por nível de risco:

Controladora

	<u>30/09/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	85.383	-	-	593.883	-	-
Non Deliverable Forwards (NDF)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.613</u>	<u>-</u>
Total ativo	<u>85.383</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>593.883</u>	<u>3.613</u>	<u>-</u>

Consolidado

	<u>30/09/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	111.814	-	-	595.799	-	-
Non Deliverable Forwards (NDF)	-	-	-	-	3.613	-
Total ativo	<u>111.814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>595.799</u>	<u>3.613</u>	<u>-</u>

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria e valor justo:

Controladora

	<u>30/09/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	85.383	85.383	593.883	593.883
Non Deliverable Forwards (NDF)	-	-	3.613	3.613
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	67.419	67.419	7.529	7.529
Contas a receber de partes relacionadas	544.182	544.182	41.005	41.005
Adiantamento a fornecedores	94.922	94.922	110.441	110.441
Ativos financeiros totais	<u>791.906</u>	<u>791.906</u>	<u>756.471</u>	<u>756.471</u>

	<u>30/09/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	5.946.318	5.946.318	4.687.745	4.687.745
Fornecedores	336.953	336.953	342.019	342.019
Passivos financeiros totais	<u>6.283.271</u>	<u>6.283.271</u>	<u>5.029.764</u>	<u>5.029.764</u>

Consolidado

	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	111.814	111.814	595.799	595.799
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	454.825	454.825	4.727	4.727
Contas a receber de partes relacionadas	47.926	47.926	41.005	41.005
Adiantamento a fornecedores	94.922	94.922	110.441	110.441
Ativos financeiros totais	718.275	718.275	751.972	751.972
	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	5.946.318	5.946.318	4.687.745	4.687.745
Fornecedores	339.902	339.902	342.019	342.019
Non Deliverable Forwards (NDF)	227.901	227.901	-	-
Passivos financeiros totais	6.514.121	6.514.121	5.029.764	5.029.764
			30/09/2013	31/12/2012
Valor total dos empréstimos e financiamentos			5.946.318	4.687.745
(-) Empréstimos subsidiados pelo BNDES (i)			(3.133.496)	(2.243.133)
(-) Financiamentos Export Credit Agency - ECA (i)			(889.874)	(772.026)
(-) Debêntures (i)			(998.091)	(955.600)
(-) Empréstimos de curto prazo (ii)			(849.768)	(605.425)
Passivos financeiros totais			75.089	111.561

A Companhia demonstra que o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros se aproximam em função de (i) não existência de um mercado ativo para tais instrumentos; (ii) empréstimos com curto prazo para sua efetiva liquidação, apresentando saldo líquido cujo efeito da apuração do valor justo não seja relevante.

26 Outros assuntos - Arrendamento operacional de terras

Os arrendamentos operacionais de terras serão pagos da seguinte forma:

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Menos de um ano	74.632	27.525
Entre um e cinco anos	261.318	158.357
Mais de cinco anos	509.776	34.531
Total	845.726	220.413

A Companhia efetua arrendamentos operacionais de terras para utilização em suas operações. Esses arrendamentos normalmente duram de seis a dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em um índice de preço local.

Durante o período, o montante de R\$ 324.000 foi reconhecido como custo de formação do ativo biológico com relação a arrendamentos operacionais (R\$ 32.029 em 2012).

Os arrendamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente a terras para o plantio de eucalipto. Como a escritura do terreno não é transferida, a Companhia determinou que o arrendamento do terreno seja operacional. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Companhia não participa em qualquer eventual valor residual; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

Diretoria Executiva

José Carlos Grubisich Filho
Diretor-presidente

Marcos Paletta Camara
Diretor-financeiro e de
relações com investidores

Carlos Roberto Paiva Monteiro
Diretor técnico industrial

Reginaldo Nunes Gomes
Diretor-comercial

Germano Aguiar Vieira
Diretor florestal

Conselho de Administração

Joesley Mendonça Batista
Presidente do
Conselho de Administração

Wesley Mendonça Batista
Vice-presidente do
Conselho de Administração

Humberto Pires Gault Vianna de Lima
Conselheiro

Eduardo Dias Luz
Conselheiro

Luís Carlos Fernandes Afonso
Conselheiro

Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Conselheiro

Miguel João Jorge Filho
Conselheiro